

JURISMAT

Revista Jurídica
Número 18
2023

Ficha Técnica

Título: JURISMAT – Revista Jurídica | Law Review – N.º 18
Director: Alberto de Sá e Mello
Edição: Centro de Estudos Avançados em Direito Francisco Suárez (ISMAT / ULHT / ULP)
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
Rua Dr. Estêvão de Vasconcleos, 33 A
8500-656 Portimão
PORTUGAL

Edição on-line: <https://recil.grupolusofona.pt/>
Catalogação: Directório Latindex – folio 24241
Correspondência: info@ismat.pt
Capa: Eduarda de Sousa
Data: Novembro 2023
Impressão: ACD Print
Tiragem: 100 exemplares
ISSN: 2182-6900

ÍNDICE

PALAVRAS DE ABERTURA	9
ARTIGOS	13
PAULO FERREIRA DA CUNHA Da banalidade dos tempos – Vetores da base social do tecido jurídico-político contemporâneo	15
ANA PAULA LOUREIRO DE SOUSA Breve itinerário do pensamento filosófico-jurídico de João Baptista Machado	35
TERESA LUSO SOARES O testamento romano: alguns aspectos	59
MARIA DOS PRAZERES BELEZA A intervenção acessória provocada pelo réu em processo civil	71
ANA ISABEL SOUSA MAGALHÃES GUERRA A influência e a importância das minorias nas decisões societárias.....	91
ANDRÉ INÁCIO Ódio, do discurso ao crime	107
JOSÉ PENIM PINHEIRO Crítica à culpa da personalidade - Contributo para o estudo da culpa na dogmática jurídico-penal	123
DORA LOPES FONSECA Violência doméstica: o reconhecimento jurídico da vítima – <i>Book review</i>	155
MIGUEL ÁNGEL ENCABO VERA El incumplimiento en la teoría general del derecho de obligaciones: breve estudio comparado en la legislación española y portuguesa	161
CRISTINA ALVES BRAAMCAMP SOBRAL A declaração de Cambridge e a irrefutável necessidade de atualismo do direito.....	179
CRISTINA BORGES DE PINHO Sociedade, multiculturalismo e direitos humanos (igualdade de género)	201

ARTIGOS DE LICENCIADOS E ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO DO ISMAT	227
AFONSO DE LOUSADA	
<i>Usucapio</i> no ordenamento jurídico português.....	229
FÁBIO JOSÉ MARQUES COELHO	
O crime de tráfico de estupefacientes – um caminho inacabado	243
JOANA BORRALHO ENTRADAS	
O direito de retirada – um direito pessoal do autor	271

Da banalidade dos tempos – Vetores da base social do tecido jurídico-político contemporâneo

PAULO FERREIRA DA CUNHA *

“(…) every line of these scribblings shows his utter ignorance of everything that was not directly, technically, bureaucratically connected with his job, and also shows an extraordinarily faulty memory.

Despite all the efforts of the prosecution, everybody could see that this man was not a ‘monster’, but it was difficult indeed not to suspect that he was a clown.”

Hannah Arendt¹

Sumário: I. Escopo: base social do tecido jurídico-político; II. Banalização: indiscriminação e profanação; III. Da Profanação; IV. Da Barbarização.

I. Escopo: base social do tecido jurídico-político

Hannah Arendt introduziu na nossa cultura o conceito de “banalidade do mal” – um confronto terrível da Humanidade com a sua displicente e rotineira

JURISMAT, Portimão, n.º 18, 2023, pp. 15-34.

* Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Catedrático da Universidade do Porto (funções suspensas para exercício da magistratura).

¹ ARENDT, Hannah — *Eichmann in Jerusalem*, « The New Yorker », 8 de fevereiro de 1963, *apud* <https://www.newyorker.com/magazine/1963/02/16/eichmann-in-jerusalem-i>.

culpabilidade por omissão burocrática. A banalidade é realmente algo que ronda os nossos tempos. Não apenas o mal se pode tornar banal, como a banalidade pode invadir toda a realidade. Já não é apenas o *desencantamento do mundo*.² É um mundo submerso no banal.

No presente artigo procuraremos, muito sinteticamente, referir-nos a elementos ou vetores da base social do Direito, nomeadamente aqueles aspetos que possuem uma dimensão também valorativa e com presença no imaginário social, sendo assim importantes fatores propulsivos de comportamentos com reflexos éticos e jurídicos.

É um estudo, de alguma forma, de prolegómenos ao Direito propriamente dito, não especificamente de Direito positivo. Mas, sem este tipo de reflexões, ficaria a juridicidade muito desamparada e não se saberia conhecer a si própria. Imperativo aliás fulcral para a própria Filosofia geral, e também para a filosofia jurídica: Γνωθι σαυτόν – como mandava o proverbial dístico do frontão do templo de Delfos.

II. Banalização: discriminação e profanação

Começemos por tentar captar alguns vetores sociais significativos da contemporaneidade, em especial aqueles que terão importância decisiva para a feição do Direito no nosso tempo.

Uma das mais marcantes características da contemporaneidade é a banalização, ou trivialização (consideramos os dois termos como sinónimos, podendo utilizar-se um ou outro apenas com subtilezas de conotação, em geral pouco diferenciadoras).

Entendemos este conceito com um cunho particular, do nosso ponto de vista muito determinante na sociedade contemporânea. Sendo oposto quer à *sacralização* ou ao *encantamento*, próprio de sociedades de outrora (desde logo, a medieval), quer àquela outra característica a que poderemos chamar *civilidade*, própria das sociedades clássicas (grega e romana), em que emergiu uma vida de ágora ou de fórum, e se cunharam as virtudes republicanas,³

² GAUCHET, Marcel — *Le désenchantement du monde*, Paris, Gallimard, 1985; LE GOFF, Jacques — *Il Meraviglioso e il quotidiano nell'Occidente Medievale*, Roma / Bari, Laterza, 1983, trad. port. de António José Pinto Ribeiro, *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, Edições 70, 1989.

³ De entre inumeráveis, v.g., COULANGES, Fustel de — *A Cidade Antiga. Estudo sobre o culto, o Direito e as instituições da Grécia e de Roma*, trad. port. e glossário de Fernando de Aguiar, 10.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Edit., 1980; SILVA, Agostinho da —

havendo, em todo o caso, ao mesmo tempo que uma antevisão do civismo,⁴ também uma muito presente ideia de excelência (latamente identificável com a *arete*, na Grécia e os *mores maiorum* em Roma).⁵

A atitude burocratizada, rotineira, indiferente aos valores, de pessoas submersas no quotidiano delirantemente,⁶ mas de um absurdo agora plano e cinzento,

Sentido Histórico das Civilizações Clássicas, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Typ. Lisboa e Ferreira (ed. do A.), 1929; VERNANT, Jean-Pierre — *Les Origines de la Pensée Grecque*, 5.^a ed., Paris, P.U.F., 1983, trad. port. de Manuela Torres, *Origens do Pensamento Grego*, Lisboa, Teorema, 1987; VIDAL-NAQUET, Pierre — *Les Grecs, les historiens, la démocratie: le grand écart*, trad. port. de Jónatas Batista Neto, *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia. O Grande Desvio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; KITTO, H. D. F. — *The Greeks*, Harmondsworth, Penguin, trad. port. de José Manuel Coutinho e Castro, *Os Gregos*, 3.^a ed., Coimbra, Arménio Amado, 1980; PETERS, F. E. — *Greek Philosophical Terms. A Historical Lexicon*, 2.^a ed., New York, New York University Press, 1974, trad. port. de Beatriz Rodrigues Barbosa, prefácio de Miguel Baptista Pereira, *Termos Filosóficos Gregos. Um Léxico Histórico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997; CORNFORD, F. M. — *Principium Sapientiae. The Origins of the Greek Philosophical Thought*, trad. port. de Maria Manuela Rocheta dos Santos, *Principium Sapientiae. As Origens do Pensamento Filosófico Grego*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975; JAEGER, Werner — *Paideia, Die Formung des Griechischen Menschen*, Berlin, Walter de Gruyter, 1936, trad. port. de Artur M. Parreira, *Paideia. A Formação do Homem Grego*, Lisboa, Aster, 1979; LÍVIO, Tito — *História de Roma. Ab Urbe Condita*, Livro I, ed. bilingue, com introdução, trad. e notas de Paulo Farmhouse Alberto, Mem Martins, Inquérito [1993]; STEIN, Peter — *Römisches Recht und Europa. Die Geschichte einer Rechtskultur*; trad. esp. de César Hornero e Armando Romanos, *El Derecho romano en la historia de Europa. Historia de una cultura jurídica*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 2001; VALLANÇON, François — *Images romaines de morale et de droit. devotio et fides*, separata des “Archives de Philosophie du Droit”, XXXIV, Paris, Sirey, 1989, pp. 304-333; VEYNE, Paul — *La société romaine*, Roma-Bari, Laterza, 199, trad. port. de Maria Gabriela de Bragança e Clara Pimentel, revisão de Carlos Morujão, *A Sociedade Romana*, Lisboa, Edições 70, 1993; MONTESQUIEU — *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*, 1734; DÍAZ-PLAJA, Fernando — *Griegos y Romanos en la Revolución Francesa*, Madrid, “Revista de Occidente”, 1960 e o nosso *Para uma Ética Republicana*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010.

⁴ SÉRGIO, António — *Educação Cívica*, Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, 3.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, Ministério da Educação, 1984; BOTELHO, Afonso — *Origem e actualidade do Civismo*, Lisboa, Terra Livre, 1979; ALMEIDA SANTOS, António de — *Civismo e Rebelião*, Mem Martins, Europa-América, 1995; historiograficamente, v.g., entre nós também, RIBEIRO DA SILVA, Francisco — *Instituições de Protecção Cívica na Época Moderna*, in “Revista de Ciências Históricas”, Universidade Portucalense, Porto, vol. VIII, 1988, pp. 245-251. E, em geral, o nosso *Cultura & Cidadania*, Coimbra, Gestlegal, 2021, com Prefácio de António Braz Teixeira.

⁵ Cf., entre nós, PEREIRA, Maria Helena da Rocha — *Estudos de História da Cultura Clássica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vv. eds., 2 vols.

⁶ PRADO, Miguelanxo — *Quotidiania Delirante*, trad. port. de Paula Caetano, *Quotidianio delirante*, Lisboa, Meribérica/Liber, 1994.

acaba por se assemelhar muito à atitude até de uma personagem sinistra como Eichmann.

Acaba por se pensar que todos os que se comportam de forma sonâmbula, não responsável, não serão verdadeiramente “monstros”, suspeitando-se, como aventou a hipótese (sempre *cum grano salis*, estamos em crer) Hannah Arendt, que haja uma dimensão de *clown* na atitude destas pessoas afinal alienadas.

Mas não interessa julgar agora. É um dado do problema do tecido social do Direito de hoje: uma sociedade em grande medida alheia a si própria (os índices de abstenção eleitoral não podem creditar-se todos à conta de uma repugnância com a corrupção, ou protesto em geral), e que, por isso, numa grande medida, clama e reclama do Estado, mesmo quando pouco fez (à exceção de nascer, e naturalmente ir crescendo e envelhecendo) para merecer os direitos que realmente tem, mas que nem sequer defende no plano macro-, apenas reivindicando de forma desarticulada no domínio micro- (normalmente ante *guichets* públicos, e por vezes chegando a molestar os funcionários, que em regra não têm culpa nenhuma de disfunções macro-).

Se se faz este paralelo, é para enfatizar uma aparente agitação social com uma real quietude no que mais importa, que seria, acima de tudo, a defesa das “muralhas da Cidade”, a Constituição. E não somente o seu texto (constituição formal), mas sobretudo os seus valores, princípios e instituições (constituição material), a sua vivência na realidade (constituição real).⁷

Esta sociedade da banalização, e portanto, assim, também do banalizado, comporta várias dimensões, das quais se salientam duas: a *indiscriminação* (infelizmente, não no sentido positivo de inexistência de discriminação – como as discriminações exemplificadas no artigo 13.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa) e a *profanação* (como veremos, com vários níveis de sentido).

A primeira e global característica desta *indiscriminação*, de que falamos, consiste na *indiferenciação*: uma abolição do juízo, do critério, da hierarquia: tudo se equivale, e, por isso, tudo seria, afinal, igualmente bom – ou mau. Ou, quiçá mais ainda, “neutro”, nem quente nem frio... Aliás, uma implicação deste vetor é a perda de eixos axiológicos, sendo as qualificações éticas ou estéticas mera questão de opinião (*opinio, doxa*) pautadas não sobretudo pela respeitável subjetividade de cada um, mas mais pela mera veneta momentânea, impulso

⁷ Para mais desenvolvimentos, essencialmente, o nosso recente *Pensar a Constituição*, Coimbra, Almedina, 2023.

inconsequente, passageiro e obviamente volúvel.⁸ E pior ainda: mais que um “tanto faz” ou “tanto monta” de encolher de ombros sobre a coisa ética, há uma nuvem que obnubila a própria questão ética. Nem sequer ocorre a muitos que algumas das ações que empreendem ou não empreendem implicam questões éticas. É, pois, a cegueira ética, antes de mais. Esse tema passou a não estar na moda, na agenda, no que determina o correr das pessoas.

Dessa característica da indiferenciação é vizinha a agressividade rasteira, rude, altamente insolente, que procura ridicularizar qualquer juízo, sobretudo de bom senso ou de bom gosto. Com justificações que fazem o interlocutor passar por um rematado néscio, e sobretudo por um tonto desatualizado, que é anátema terrível nos nossos tempos que sempre nos querem a correr em cima de uma esteira velocíssima, a tentar apanhar não se sabe que *cenoura*, sempre inalcançável e frustrante. Afinal, tal ou tal ideia ou comportamento *não seriam senão* algo... E esse *algo* seria comum, e o comum é elevado a critério de verdade e validação.

Aliás, a própria verdade se ofusca com pós-verdades e fantasias levadas a sério por intelectuais e público intelectual sem bases sólidas, que escolhe ser pensador como poderia ter optado pela columbofilia, o ténis, ou o colecionar borboletas... Tudo coisas aliás muito mais respeitáveis e úteis que seguir modas funâmbulas de gurus mentais, hoje cada vez mais expandidas e *à la carte*.⁹ Já Luigi Lombardi Vallauri falava nesse pensamento do *null'altro che...*¹⁰ Uma forma combativa de lutar pelo niilismo débil da sociedade pantanosa – dir-se-ia, para glosar, *mutatis mutandis*, vários autores do nosso tempo, facilmente reconhecíveis.

Não se trata sequer de polémica. Houve polémicas com elevação, apesar de, em Portugal, frequentemente aguerridas e duras (e nem sempre muito leais).¹¹ Mas mesmo a própria polémica (e estamos muito abaixo desse nível no caso de muita discussão nas redes sociais) foi considerada por Albert Camus (que não se pode considerar um autor plácido e alheio a grandes causas, pelo contrário)

⁸ Alguns antídotos para este indiferentismo, em tempo de pandemia, mas completamente atuais, no nosso *O IV Cavaleiro. Direito, Cultura e Apocalipses*, Coimbra, Almedina, 2020, Prefácio de José António Henriques dos Santos Cabral.

⁹ Apenas no plano “espiritual” ou “pseudo espiritual” (porque há gurus de mais dimensões), cf. BULOUP, Sybille — *Des Spiritualités à la demande*, « Sciences Humaines », n.º 361, agosto-setembro de 2023, pp. 64-65 e bibliografia aí referida.

¹⁰ LOMBARDI VALLAURI, Luigi — *Terre. Terra del Nulla. Terra degli Uomini. Terra dell'Oltre*, Milano, Vita e Pensiero, 1991.

¹¹ Cf. AA. VV. — *As Grandes Polémicas Portuguesas*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 1967, 2 vols. Cf. uma alusão a polémicas portuguesas in BIGOTTE CHORÃO, João — *O Essencial sobre Camilo*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 12.

como um rebaixamento do adversário como se fora um inimigo, e uma recusa em olhá-lo. Tornando-se assim o polemista cego, que vive “num mundo de silhuetas”.¹² Esta recusa em olhar o outro, ou seja, o rosto do outro (e o seu olhar) recorda também Lévinas, naturalmente.¹³

III. Da Profanação

A segunda dimensão, a *profanação*, tem, por seu turno, dois níveis.

Começa por ser um excesso indiscriminado de *exposição*. Tudo tem que ser mostrado, como se houvesse, nesse ponto, um imperativo moral, digamos de “transparência”, mas também como que um “princípio da montra”... Uma faceta da sociedade do espetáculo.¹⁴

Há uma febre de pretensamente descobrir segredos. Nas redes sociais, não só cada um se revela inteiramente (pelo menos no que quer ostentar, o que normalmente se limita afinal ao muitíssimo superficial – e até pouco identificador, pouco revelador da vera ipseidade de cada qual) como alegadamente se revelariam, exporiam ao público (“o que não te querem revelar”, “o que nos escondem”, “o que andam a tramar”) mistérios sinuosos e escandalosos – visando pessoas e instituições.

Há uma mania do *complot*¹⁵ e uma intromissão permanente na vida das figuras públicas, sob pretexto de transparência.¹⁶ E a comunicação social, em geral, cria um clima de caça ao oculto e ao escuso... que se reflete até numa espécie de presunção negativa face a quem seja simplesmente avesso aos holofotes, discreto.¹⁷ De entre muitas reações, que procuram contrariar, se não mesmo desmascarar, essa moda avassaladora e perigosa, anotámos esta (poderiam ser

¹² Apud MAESO, Marilyn — *Référence. Albert Camus, l'absurde, la révolte, l'amour*, « Sciences Humaines », n.º 361, agosto – setembro 2023, p. 78-79 (destaque). V. ainda, desenvolvidamente e com muitas e importantes observações, o artigo *Le siècle de la peur*, « Combat », novembro de 1946, in ex CAMUS, Albert — *Oeuvres, Essais*, col. La Pléiade, Paris, Gallimard, 1965, pp. 331-333.

¹³ Cf., por todos, LEVINAS, Emmanuel — *L'autre, utopie et justice*, entretien avec..., “Autrement”, n.º 102, nov. 1988, p. 53 ss.; Idem — *Éthique et infini*, Paris, Le Livre de Poche, 1984.

¹⁴ DEBORD, Guy — *La société du spectacle*, Paris, Gallimard, 1992.

¹⁵ REICHSTADT, Rudy — *Au Cœur du complot*, Paris, Grasset, 2023.

¹⁶ PIERRAT, Emmanuel — *La prison de verre*, Paris, Gallimard, 2023.

¹⁷ Começa a haver trabalhos que confluem nessa necessidade e suas múltiplas conexões: LAUAND, Jean — “Vigência” e Educação – a Ditadura da Extroversão, in “Videtur”, vol. 26, ed. online: <http://www.hottopos.com/videtur26/jean.htm>. NACCACHE, Lionel — *Apologie de la discrétion*, Paris, Odyle Jacob, 2022.

muitas mais), e o curioso é que a poderemos colher numa obra que, pela sua temática, poderia ser suspeita de contemporizar com o ambiente ou a aura de mistério e esotérico:

“Est-il vraiment sain de mettre en valeur des organisations secrètes, agissant souterrainement pour contrôler le monde? Toutes ces œuvres de l’imagination ne finissent-elles pas par diffuser dans l’esprit du public l’idée, déjà trop souvent présente, que des groupes sont à l’œuvre pour imposer telle ou telle décision? Ne nourrit-on pas là la tendance trop humaine à croire à la théorie du complot?”¹⁸

Lembramo-nos, por exemplo, de um extraordinário escritor que, por ser pacato, discreto, para alguns adquiriu fama de bizarro e nunca era das boas graças nem de gregos nem de troianos. O seu silêncio, aliado à inteligência e boas maneiras, deixavam decerto um rumor de receio.

Um dos pecados execrados por esta fase da nossa civilização (para retomar um título do prémio Nobel da Medicina Konrad Lorenz¹⁹) parece ser a *discrição*. Alguém já ironizou, dizendo que todos os homens de barba são suspeitos de esconder algo. Pelo menos, sem margem para dúvida, escondem um pouco do queixo. O ridículo do chamado “Protocolo dos Sábios do Sião”, curiosamente, ainda não foi interiorizado em alguns círculos, que continuam a acreditar na sua autenticidade.²⁰ E a propagar essa... “cabala” *hoc sensu*.

Portanto, num primeiro nível, estamos perante um estender ao sol de todas as roupas, lavadas e sujas – porque se crê que isso é afinal um “valor” (hoje, tudo o que é positivo para quem o diz passa à categoria de “valor”, com total desprezo pelas classificações axiológicas, e nomeadamente confundindo-se com “bem”²¹). Outro pretensão “valor” conexo é o da sinceridade – que não é senão

¹⁸ Cf. o livro do Professor de História Medieval na Universidade Lyon III (Jean Moulin) HÉLARY, Xavier — *Les Templiers*, Paris, Ed First, 2018, p. 216-217.

¹⁹ LORENZ, Konrad — *Die Acht Todsünden der Zivilisierten Menschheit*, trad. fr., *Les Huit Péchés Capitaux de notre Civilisation*, Paris, Flammarion, 1973.

²⁰ Cf. o nosso *Os Perigosos Sábios do Sião*, I e II, “As Artes entre as Letras”, n.º 70 e n.º 72 (2012). ECO, Umberto — “A Conspiração”, in *Aos Ombros de Gigantes*, Lisboa, Gradiva, 2018, p. 357 ss.; Idem — *Costruire il Nemico e altri scritti occasionali*, Milão, Bompiani, 2011 e v.g. “Fascismo Eterno”, capítulo do livro *Cinque scritti morali*, trad. port. de José Colaço Barreiros, *Cinco Escritos Morais*, Lisboa, Relógio de Água, 2016, p. 25 ss. (capítulo por vezes autonomizado em livro, aliás); GIRARD, René — *Le Bouc Emissaire*, Paris, Grasset, 1982.

²¹ Cf., por todos, HESSEN, Johannes — *Filosofia dos Valores*, tradução portuguesa de Luís Cabral de Moncada, nova ed., Coimbra, Almedina, 2001 e o nosso *Para uma Ética Republicana*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010.

indiscrição, por vezes do pior mau gosto. A qual não é apenas fruto de impulso incontido de pessoas individuais, mas é ainda instigada por meios de comunicação, designadamente em programas que parece terem grande audiência... o que revela algo sobre os gostos generalizados, ou, pelo menos, das massas. Alguém já fez o paralelo dos autos-de-fé, das execuções na guilhotina e dos *reality shows*... *Mutatis mutandis*...

Joga-se com a natural curiosidade à flor da pele de certas pessoas, a que se poderia designar por *physikoi* (ou *hylikoi*),²² que se comovem e excitam com escândalos e revelações que já não se sabe, por tão repetitivos, como ainda possam fazer efeito. Mas continuam a fazê-lo, decerto porque as pessoas se habituam a certos estímulos. Uma espécie de reflexos condicionados. Hábitos. E, como dizia Agustina, “os hábitos são o que melhor se parece com a eternidade”.²³

Evidentemente que, quem tenha algum distanciamento e saiba alguma “História”, verá que nada há de novo sob o Sol e todas essas mirabolâncias, muito embrulhadas por estampidos e foguetório, não passam de “mais do mesmo”.

²² Em alguns textos alemães (pelo menos) há expressamente equivalência entre *hylikoi* e *physikoi*. Optando por *hylikoi*, JUNG, Gustav — *Psychological Typology*, CW6, pars 960-87, *apud The Essential Jung. Selected Writings*, introdução de Anthony Storr, 2.^a ed., 7.^a reimp., Londres, Fontana Press, 1986, p. 136. V. ainda, na relação com o “pneumático”, Idem — *Essais sur la symbolique de l'esprit*, trad. fr. de Alix e Christian Gaillard e Gisèle Marie, Paris, Albin Michel, 1991, pp. 53-54. Com implicações antropológicas e religiosas, cf., v.g., KOVALEVSKY, Eugraph — *La Quête de L'Esprit*, com prefácio de Annick de Souzenelle, Paris, Albin Michel, 1993, máx. p. 72 ss.. A tentação da catalogação humana, em tipos, caracteres, temperamentos, personalidades, é muito antiga. Avultando, desde logo, os *Caracteres* de Teofrasto. Mas não se pode olvidar a divisão das pessoas de acordo com os seus signos astrológicos, matéria cada vez mais popularizada. Cf., v.g., MOUGIN, Marie — *Astrologie, tarot, esotérisme... Pourquoi progressent-ils tant ?*, « L'Éléphant », julho 2023, p. 75 ss. (estimava-se que quase metade da população francesa - 41% - acreditaria na astrologia em 2020). Hoje, há múltiplas tentativas de catalogação de fiabilidade muito diversa, desde os testes de personalidade do Eneagrama a muitos outros. Um estudo psicológico particularmente interessante é o que resulta na tipologia do psicólogo dos EUA David Keirsey, cuja obra mais conhecida é (em co-autoria com Marilyn Bates) *Please Understand Me. Character and Temperament Types*, Prometheus Nemesis Books, 1978 (há também um vol. II), e que em língua portuguesa tem tido desenvolvimento nomeadamente na obra de João Sérgio Lauand e Jean Lauand, designadamente desde a tese de doutoramento em Psicologia na USP do primeiro, *Personagens ficcionais, tipos de David Keirsey e a Educação*, São Paulo, 2011, nomeadamente tomando como campo de pesquisa a série « Everybody Loves Raymond ». Cf., LAUAND, Jean (org.) — *Uma introdução à tipologia de David Keirsey*, São Paulo, Factash / CEMOrOC, 2018.

²³ BESSA-LUÍS, Agustina — *Aforismos*, Lisboa, Relógio d'Água, 2022, p. 216.

O primeiro nível, aqui, é escancarar portas, de tudo fazer feira, mercadoria e objeto de falatório e mexerico. Não se entendendo bem, contudo, como ainda o podendo ser.

Paremos numa ilustração. Quando, embora num nível ainda muito elementar (ou superficial), acompanhamos a trajetória do genial arquiteto Frank Lloyd Wright (1867-1959), e vemos como sempre houve atrás de si um rasto e um eco de maledicência e escândalo jornalístico, perguntamo-nos (sobretudo ao ver o panorama atual, tanta água passada sob as pontes) como há peripécias que rendiam, e ainda hoje rendem, tanta notícia malevolente. Mas parece bem (ou mal...) que sim. Basta percorrer com o olhar algumas capas de revistas e jornais do estilo. E, obviamente, a *Internet* e televisões nessas coisas especializadas... As estórias são sempre as mesmas, mudam só as personagens. E como na estória tradicional do flautista de Hamelin, recolhida pelos irmãos Grimm, todos seguem uma melodia – sejam ratos, sejam pessoas (no conto, depois dos ratos, como se sabe, foram crianças).

Ora, num segundo momento há uma atitude mais carregada, de um voluntarismo mais provocador ainda. Trata-se de verdadeiramente *profanar* – mostrar (mas a uma luz pérfida) de forma rude, maculadora, desrespeitosa, violenta, agressiva, quantas vezes de maneira acintosa, ridicularizadora, provocatória, de forma a atingir o cerne, o âmago do *quid* profanado. Mostra-se de forma maldosa o que deveria quedar-se recatado, o que, por natureza, função ou estatuto – mas sobretudo por natureza – não é para comentário jocoso, ou brejeiro, ou para ser objeto de pública irrisão.

Quando, em invasões, os soldados inimigos (ainda que, por vezes, sejam por batismo católicos) irrompem por Igrejas, abrem os sacrários e derramam, pisam e de qualquer forma destroem e ofendem as espécies sagradas, estão a mostrar o que estava guardado, mas sobretudo estão a macular, a agredir – é um exemplo típico de profanação. O mesmo se diga para quaisquer outros templos.

Ficamos com uma sensação muito semelhante quando algumas coisas são ditas sobre instituições pelas quais deveria haver – ainda que hipocritamente (porque a hipocrisia é um preito que o vício à virtude presta²⁴) não digamos uma

²⁴ Assim como há benefícios públicos que podem resultar de vícios provados, conforme ilustra MANDEVILLE, Bernard — *The Fable of the Bees or Private vices, Publick Benefits*, Indianapolis, Liberty Classics, 1988, 2 vols. [1.ª ed. 1714]. Outro exemplo interessante é o de Mirabeau, pouco recomendável provadamente, mas, segundo alguns, um político com muito valor, e que poderia ter evitado males maiores se lhe tivessem dado crédito. ORTEGA Y GASSET, José — *Historia como sistema. Mirabeau ou o político*, trad. port., Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1982; MANFRED, Albert — *Rousseau, Mirabeau, Robespierre. Três figuras da Revolução Francesa*, Lisboa, Avante!, 1990;

veneração sequer, mas ao menos um respeito quase religioso. Quem não se recordará daquele soldado da revolta do 31 de Janeiro, no Porto, quando o tribunal de guerra o ouviu:

“Eu meu Senhor, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na Igreja senti calafrio assim. Perdi a cabeça então como os outros todos. Todos a perdemos. Atirámos então as barretinas ao ar. Gritámos todos: Viva, Viva, Viva a República”.²⁵

Aliás, Alexis de Tocqueville²⁶ já tinha feito teórica e historicamente a aproximação entre as revoluções políticas e as religiosas. O institucional e estadual, fruto da consolidação das revoluções políticas, naturalmente continuará a transportar, mesmo em estados laicos, alguma carga religiosa, não tanto do lado da re-ligação (*re-ligare*) com o transcendente, como do timbre do numinoso, do sagrado, que é, afinal, o que se opõe ao profano, como explicaram Rudolf Otto e Mircea Eliade.²⁷

Obviamente que, para muitas gentes de hoje, desenraizadas, nada habituadas ao respeito aos pais²⁸ e até aos professores, imbuída de uma aura de facilitismo, incapaz de sacrifícios e em busca apenas de facilidades e prazeres, tanto não há qualquer motivo para recato ao entrar num templo, de qualquer religião que seja, como para fazer o mesmo ao franquear as portas de um tribunal ou do parlamento.

Transformadas hoje em devassadas atrações turísticas, não raro ainda porteiros ou afins das Igrejas, mais conservadores, chamam a atenção de turistas para que a sua indumentária, ou a sua vozearia altíssima, ou riso histriónico estão longe de se adequar ao recato de um templo. E já chegámos a ouvir más respostas aos

CASTE, Louis — *Mirabeau*, Lyon, H. Lardanchet, 1942; DE CASTRIES, Duc — *Mirabeau ou l'échec du destin*, Paris, Fayard, 1960.

²⁵ Palavras de um soldado ao presidente do tribunal de guerra, no ato do julgamento. "Manifesto dos Emigrados da Revolução do Porto de 31 de Janeiro de 1891" in ABREU, Jorge de — *A Revolução Portuguesa. O 31 de Janeiro*, Lisboa, Edição da Casa Alfredo David, 1912.

²⁶ DE TOCQUEVILLE, Alexis — *L'Ancien Régime et la Révolution*, ed. de J. P. Mayer, Paris, Gallimard, 1967.

²⁷ OTTO, Rudolf — *Das Heilige*, trad. fr. de A. Jundt, *Le Sacré*, Paris, Payot, 1949; ELIADE, Mircea — *O Sagrado e o Profano*, trad. port., Lisboa, Livros do Brasil, s/d

²⁸ De entre inumeráveis já, recentemente, HUMBEECK, Bruno — “*Les parents aussi ont droit au bonheur!*”, entrevista a Philippe Lambert, “*Sciences Humaines*”, n.º 361, agosto-setembro de 2023, pp. 30-31; DUPONT, Serge *et al.* — *The Cult of the Child: A Critical Examination of Its Consequences on Parents, Teachers and Children*, “*Social Sciences*”, vol. XI, n.º 3, edição online: <https://www.mdpi.com/2076-0760/11/3/141>.

diligentes funcionários que advertem de forma cortês e recatada os invasores (propriamente, “profanadores”).

O efeito de comoção, transporte, elevação e outros próprios de recintos sagrados (por contraposição com os profanos) evidentemente que só pode fazer efeito se tiver no espírito de quem lá entra âncoras de sentido. Caso contrário, serão tudo simples curiosidades, qualificadas mais ou menos a esmo como “medievais”, coisas que gentes retrógradas fariam, noutros tempos... E que se visitam, porque todos visitam...

Idêntica atitude se notará em edifícios públicos, mesmo que lá se não vá para turismo. Até profissionais que colaboram nas funções públicas soberanas nem sempre falam com o recato e vão vestidos de acordo com o necessário *decorum* dos espaços em que se desenvolvem as respetivas atividades, pelo que as vestes forenses, por exemplo, assim como as académicas, acabam em certos casos por ser o último refúgio dessa fuga à ideologia da montra, da ostentação. E que, em certos casos, tem outras funções ainda.

É natural que a total informalidade e uma certa confusão para onde se vai e onde se está, nomeadamente por parte de mais jovens, a quem aparentemente nada foi dito nunca sobre como se comportar (e ninguém nasce ensinado) contribua para que espíritos menos dúcteis, cheios de certezas, reajam de forma excessiva relativamente a formas de tratamento, de cumprimentar, modos de comer, de vestir, de manifestar afetos, etc.

Há um curto-circuito e uma *generation gap* em matéria de costumes que apenas os “brandos costumes” e um generalizado deixar correr vão atenuando, mas que explode quando estão em presença pessoas com certezas muito firmadas. Seria interessante que a sociedade não se conformasse com ter tribos muito apegadas aos seus modos de vida e expressão, e passassem a construir-se pontes. A questão ganha grande relevo, mesmo juridicamente, no confronto entre tradição religiosas, éticas e jurídicas de membros de comunidades migrantes, mas há também diferenças significativas (*mutatis mutandis*) entre as vias seguidas por pessoas nascidas em território europeu ou norte-americano e filhos e netos de europeus ou norte-americanos. O problema parece ser profundamente geracional. Veremos se ocorrerá uma transmutação de alguns, com a idade, como vaticinava a satírica canção de Jacques Brel, *Les Bourgeois*.²⁹

²⁹ BREL, Jacques (escritor e intérprete) / CORTI, Jean (compositor) — *Les Bourgeois* (álbum Olympia), 1961. Há múltiplas outras versões.

A lista das profanações às instituições seria longa,³⁰ e evidentemente nada tem de limitação (pelo contrário) às sagradas liberdades, desde logo de pensamento, expressão, informação, e ao livre conduzir a sua vida, ou livre desenvolvimento da sua personalidade. O respeito institucional, mínimo ao menos, em nada colide com a cidadania (pelo contrário) e com a dignidade da pessoa.

Custa, chega a doer e a corroer profundamente, como se profana a Constituição, desde logo em alguns dos seus magnos princípios, designadamente a separação dos poderes. Para não se falar nos atropelos simbólicos (felizmente os reais são, atualmente, menores: mas há esse perigo) aos Direitos Fundamentais e Humanos.

Mas nem apenas no plano jurídico-político navega esse navio pirata do maldizer, com o seu pavilhão negro ostentando o mínimo denominador comum de uma Humanidade rebaixada, reduzida à sua (material) expressão mais simples: a caveira e as tíbias.

Um plano em que é mais clamorosa a profanação – e nos permitimos nem desenvolver, para não revolver feridas profundas – é o da Escola, e, nela, avultando a Universidade, pela sua função simbólica e farol para toda a educação (note-se que é no Ensino Superior que se faz a formação dos professores). “Templo augusto” assim lhe chamava o hino da nossa escola primária, local em que – dizia – “o génio do mal se apavora”. Pois ficamos sempre com a sensação de que o tropel dos bárbaros novos forçou as portas desse templo e aí reina e oficia, em grande medida, pelo menos, o dito “génio do mal”: tal como o demónio é pérfido imitador de Deus (como assinalou Giovanni Papini, no seu *O Diabo*³¹), pérfida figura imitadora da Razão, da Ciência, da Arte, da Justiça – de todas as altas coisas que eram cultivadas na

³⁰ Devemos distinguir a profanação decorrente da pura e simples barbarização por falta de formação, de maneiras, de respeito, por uma adesão a um modo de viver pretensamente “natural” e “despreconceituoso”, de uma atitude consciente (embora de uma certa consciência), motivada por uma ideologia de sistemática demolição (não é mera “desconstrução” teórica). A bibliografia de reação a estes ataques múltiplos da Civilização em geral (não meramente a “civilização ocidental”, mas uma civilização universalista e humanista que se foi já criando, por exemplo muito impulsionada pela globalização da democracia representativa e pelos Direitos Humanos) começa a ser enorme – embora seja um parco consolo relativamente à brutalidade dos ataques (por exemplo, destruição ou vandalização de monumentos e obras de arte). Limitemo-nos mais recentemente, ao número temático da “Revue des Deux Mondes”, *Le Bêtisier du Wokisme. Perles et analyses*, julho-agosto de 2023. Em contrapartida, como uma espécie de contraponto, com ideias muito plurais, mas em geral procurando ser positivas e não devastadoras, cf. outro recente número temático, do “The Monocle Companion”, *Fifty ideas for a Better World*, Londres et al, Monocle (Winkontent), 2023.

³¹ PAPINI, Giovanni — *O Diabo. Apontamentos para uma futura diabolologia*, trad. port. de Fernando Amado, Lisboa, Editores Associados, s/d.

Escola e agora tanto se imitam sem conteúdo ou até com conteúdo às avessas. Pérfidas imitações.

IV. Da Barbarização

Corolário e ao mesmo tempo determinante da Banalização é a barbarização – ainda que possa ser uma “barbárie civilizada”.³² O que significa, em termos sintéticos, uma generalizada e habitual vivência coletiva ao nível da simples sobrevivência quase elementar, de funções naturais (ou animais), sem maiores preocupações e especulações (com minimização e caricatura do cultural e do espiritual), e sem preocupação com os outros (“vive e deixa morrer”), sem solidariedade e sem maneiras,³³ e em que, no nosso caso, a *differentia specifica* “humana” é, afinal, uma desumanização – como consumo desenfreado (no caso de sociedades ditas “afluentes”³⁴) e como trabalho alienante e totalmente mobilizador da atenção e esforço, não deixando espaço para a vida.³⁵

São estas coisas que (infelizmente, mas é a *natura rerum*: só quem tem olhos pode ver, só quem tem ouvidos pode ouvir) só a alguns é dado entender. E não pensemos que tudo se consegue explicar, e muito menos provar. Só um saber de algum modo *de experiência feito* alcança compreender certas verdades, sobretudo quando são muito ao arrepio da propaganda em que andamos imersos. Não uma propaganda de um estado totalitário, mas a pressão diuturna e por vezes até subtil de uma sociedade impositiva, preconceituosa, num certo

³² OTTONELLO, Pier Paolo — *La Barbarie Civilizzata*, Génova, Arcipelago, 1993. Evidentemente que mesmo as ditas “invasões bárbaras” históricas, mais implodiram o Império Romano decadente que outra coisa. Há uma revisão geral desse movimento, que começa a passar para a *communis opinio*. Cf., até pela impressividade literária da exposição, v.g., MONTANELLI, Indro / GERVASO, Roberto — *Historia de la Edad Media*, trad. cast. de Francisco J. Alcántara, 8.^a reimp., Barcelona, Penguin, 2022, p. 15 ss..

³³ Embora não pareça ser uma grande preocupação, a etiqueta, o trato social, são elementos essencialíssimos da vida em sociedade, misturando-se com tabus e prescrições religiosas em sociedades mais arcaicas, mas estando nas nossas numa via de grande empobrecimento. Tais filtros sociais tinham ainda (e no remanescente ainda conservam) uma função também preventiva relativamente aos comandos jurídicos, de maior coercividade. Onde a polidez imperava, o Direito afastava-se, porque menos necessário. A problematização da nossa atual vivência das “boas maneiras” não deixa, porém, de preocupar espíritos mais atentos. Cf., por todos, SEMAINE, Mélanie (ilustrações de Marine Saunier) — *Restons Polis! Mais pourquoi?*, e SEMAINE, Mélanie — *Typologie des impolis*, ambos em “L’éléphant. La revue de culture générale”, n.º 43, julho de 2023, pp. 48-55 e 56-59, respetivamente.

³⁴ GALBRAITH, John Kenneth — *The Affluent Society*, Boston, Harcourt, 1958.

³⁵ Recentemente, cf. o número monográfico “hors-série” de “Philosophie magazine”, *L’Art de ne rien faire*, verão de 2023.

sentido proto totalitária. Mas a culpa pela ação não é de quaisquer governantes dos países democráticos. Só quiçá uma muito eventual culpa por omissão. Porém, sabe-se que fazer algo seria uma obra ciclópica...

Enquanto isso, em poucos anos, talvez já até agora, confundir-se-á o circo de escárnio e maldizer da ágora com o são debate democrático (se, entretanto, uma mão de ferro não nos reconduzir ao despotismo) e o faz de conta educativo e cultural com a seriedade nesses domínios.

Já é muito penoso ver o suplício a que hoje são submetidos, nalguma comunicação social, intelectuais (mas sobretudo políticos) por novos inquisidores, não apenas híper agressivos, como truculentos e, pior ainda, pouco informados e muito pouco inteligentes. Há exceções, que são um oásis, mas proliferam martírios, crucificações de figuras públicas. Quando tanto mal se diz dos políticos (é uma vasta campanha, com muitos bem-intencionados pelo caminho e alguns dados lamentabilíssimos que a alguns incriminam – mas naturalmente só a alguns), perguntamo-nos como permitem ser assim vexados e verdadeiramente submetidos a tratos de polé. Tudo isto, obviamente, sem qualquer benefício público que não o circo... Sempre a mesma atitude de alimentar a plebe que delirava com os cristãos atirados às feras.

Além do mais, a propaganda, o *marketing*, como solenemente se diz (mas haveria que ser rigoroso, distinguindo), é outra grande característica deste tempo. E veja-se como aí reside a chave de toda a banalização. Dizemos “chave” com o sentido de dador de significação, abertura de enigmas ou problemas, sua solução, ao menos teórica, explanação universal da raiz de uma questão: tal como a ideologia já era, segundo Karl Jaspers, “bandeira que cobre mercadoria”, ficaremos a entender, com a convocação do vetor “propaganda” ou *marketing*, que o que a maioria decerto dos desvendadores, expositores de segredos, explicadores de “verdades” ocultas, reveladores de escândalos pretende é vender uma mercadoria, e assim (paradoxalmente?) lucrar: pode ser dinheiro ou fama, mas é sempre um móbil pessoal interesseiro, sob a capa de serviço para esclarecimento público, direito à informação, etc. Também há uma profanação muito alargada dos valores, princípios e direitos jurídicos, abastardados e utilizados para tentar provar tudo e o seu contrário, sem qualquer respeito nem pelo seu espírito nem sequer pela sua letra.

O profanador típico até pode ser que nem se mova pelo vil metal, e eventualmente poderá não se preocupar excessivamente com uma fama pessoal ecoando com trombetas muito públicas. Mas, certamente, ao menos atuará de forma catártica, como que procurando para si próprio uma cura para as suas próprias crenças, inibições, ou tabus. Buscará, ao ter um gesto heroico de desvendamento, transcender-se. Se for sincero, e não meramente um charlatão,

decerto será vaidoso e ficará embevecido com a sua obra de iconoclasta, pelo menos.

Há vários tipos a considerar, porém. Ao vociferar insultos e palavrões nos jornais ou nas redes sociais, simplesmente, ao demolir simbolicamente “ídolos” a que muitos prestam culto, sente-se poderoso, um novo “super-homem”. Essa dispersão do poder pela muito alargada (mal se diria “democratizada” – pois não é de democratização que se trata) possibilidade de escarnecer, maldizer, mentir, ridicularizar, é muito semelhante à situação do pirómano, que tem a floresta, casas e vidas dependendo de uma caixa de fósforos (ou um isqueiro) e da sua vontade. É um poder enorme, que está nas mãos de qualquer um. E no caso dos incêndios, as democracias ainda não encontraram meios eficazes de lutar contra o narcisismo de muitos pirómanos, em busca dos seus “dez minutos de fama” nas televisões.

O problema é como fica depois o iconoclasta. Certamente que na psicologia do profanador fica adquirido um elemento perigosíssimo (para ele e para nós) de adição. Habitado ao poder que sente ter na mão ao vituperar, zurzir, flagelar, demolir até coisas institucionais e mais ou menos sagradas (quer do sagrado religioso propriamente dito, quer do sagrado laico), o profanador torna-se dependente, e não vive sem essa adrenalina vinda do prazer de destruir. E para mais sabendo que o que destrói, ou visa abater, se forem instituições não morrerão em princípio já, mas estará a abalar-lhe os alicerces; mas se forem pessoas, julgadas em praça pública, execradas como vigaristas, criminosas, monstros, nem todas as sentenças de absolvição que venham a ser dadas justamente pelo poder judicial (se for o caso de serem proferidas) conseguirão reabilitar os visados, que a opinião pública imediatamente condenou sem apelo nem agravo – seguindo um *opinion maker* mais ou menos mal intencionado (ou vários). E o que vierem a dizer os tribunais dará até lugar, em muitos casos, a novas calúnias contra o poder judicial. E o caudal do maldizer aumentará... Com mais erosão das instituições.

Vive, assim, a sociedade hodierna num imaginário e convenção social já em grande medida determinada pelas necessidades dessa droga inebriante para alguns. E o fenómeno é contagioso. O simples espetador do rol de horrores passa a comungar do êxtase tanático, destruidor, que se poderia pensar limitar-se ao profanador / destruidor. Mas este é apenas o instigador. Ele aliás alimenta-se de uma latente vontade das massas de rebaixamento de grandes e poderosos, e, no limite, da morte ritual do rei, como vítima expiatória geral. São pulsões que estão na memória coletiva e emergem do fundo dos tempos.

Há, assim, na sociedade, uma doença contagiosa, pandémica, dos que se comprazem em dizer mal, ver o mal, inventar até o mal – com base nos menores

indícios e para seu gáudio pessoal, verdadeiro triunfo. Uma fase mais avançada seria o cutelo ou o fogo vingador, em que a maledicência passaria à punição. Normalmente, essas coisas ocorrem em tempos de populismo incendiário, demagogia à solta e em alguns casos já autoritarismo³⁶ – que já estiveram mais distantes, mas se espera que as democracias, com a sua superioridade ética, consigam ainda conter, defendendo-se dos escândalos, mentirosos e verdadeiros, que as assediam por todos os lados.

Um autocolante alemão, cremos que dos anos 80 do século passado, não nos recordamos em que contexto específico lançado, exprimia um veredito lacónico e eloquentíssimo: *Alles falsch*. Tudo errado. Também se poderia dizer: tudo podre. E profana-se, supostamente, na nossa sociedade, para pôr a nu “os podres”, para mostrar que “o rei vai nu”.³⁷ *Reis e reizinhos*, por aqui e por ali...

O grande problema é que não há apenas um podre que se vá supostamente *descobrir*. Essa descoberta e a sua exposição e todo o carnaval flagelador público em seu torno – tudo isso – é também, frequentemente, outra forma da mesma coisa.

Pode haver acusações cruzadas entre gregos e troianos, ficando-se com a sensação de que ninguém se salva. Indiscriminadamente, misturando realidade e mentira. O público não tem forma fácil de discernir, e acha, sobretudo com políticos, magistrados, empresários, religiosos, etc., que seria “tudo farinha do mesmo saco”.

³⁶ Há quem prefira expressões mais incisivas, por mais denotativas, e não se preocupando com preciosismos de localização histórica, porque pode haver revivências e há expressões mais denotativas que outras (ou com conotação mais marcada e compreensível – logo, denotação...). Cf., v.g., OGILVIE, Sarah — *The joy of lex: Fascism*, in “Prospect”, julho de 2023, p. 28: “Fascism still captures authoritarianism in a way other others cannot”. Diz o clássico ECO, Umberto — *Cinque Scritti Morali*, Milão, Bompiani, trad. port. de José Colaço Barreiros, *Cinco Escritos Morais*, Lisboa, Relógio de Água, 2016, p. 39: “Seria tão confortável para nós se alguém assomasse à cena do mundo e dissesse: ‘Quero reabrir Auschwitz, quero que as camisas negras tornem a desfilar em parada pelas praças italianas!’ Mas aí, a vida não é tão fácil. O Ur-Fascismo ainda pode voltar sob as vestes mais inocentes. O nosso dever é desmascará-lo e apontar a dedo cada uma das suas novas formas - diariamente, em todo o mundo.” V. também, eventualmente, Idem — *O Fascismo Eterno*, trad. port., Rio de Janeiro, Record, 2018. Ainda outro clássico destas questões: RIEMEN, Rob — *De eeuwige terugkeer van het fascisme*, trad. port. de Maria Carvalho, *O Eterno Retorno do Fascismo*, trad. port., Lisboa, Bizâncio, 2012. Além do nosso *O IV Cavaleiro. Direito, Cultura e Apocalipses*, Coimbra, Almedina, 2020, Prefácio do Conselheiro José António Henriques dos Santos Cabral.

³⁷ ANDERSEN, Hans Christian — *Les habits neufs de l'empereur*, in *Contes Choisis*, trad. fr., s.l., Lattès, 1988, p. 157 ss.

De onde pode ocorrer a enorme tentação de fugir para o deserto. Não o deserto físico, de sol e areia. Mas aquele onde o jogo da banalização não nos possa alcançar facilmente, e com ele a vozearia incansável que nos ensurdece permanentemente. Até em instituições de saúde, que deveriam ser tranquilas e respeitar a espera, a dor e a tranquilidade e intimidade dos seus pacientes, há com muita frequência televisões a trasbordar, por vezes com o som muito alto... Não há sossego. Um dia, um cidadão já idoso, irritado com tanta televisão num desses lugares, avançou mesmo uma teoria da conspiração sobre o motivo de tal omnipresença. É curioso que mesmo alguns dos que se revoltam contra algumas novidades não deixam de estar prisioneiros da mentalidade hodierna. E nela avulta a teoria da conspiração...

O Papa João Paulo II, referido até por Derrida,³⁸ terá dito que a solução para muita coisa estaria em carregar num botão. Não era, obviamente, da bomba atômica que falava, mas do botão de conexão da TV. Meia-dúzia de botões semelhantes se podem desligar. Mas teria que ser uma recusa consciente e massiva do arregimentamento propagandístico banalizador, com todas as suas consequências. Não vai acontecer. Os habitantes da Caverna sentem-se nela confortáveis...

Em vez do ruído da nossa programação, poderíamos apreciar o vento lá fora.

“óóóó — óóóóóóóóóó — óóóóóóóóóóóóóóóó” (para recordar o poema de Álvaro de Campos).

É preciso um vento que varra tantas mágoas – reais e inventadas.

E tendo sonoridade, o vento é um sucedâneo do silêncio que tanta falta nos faz. Quando até Silêncios “nova era” nos querem vender. Tudo hoje se encontra à venda, devidamente embalado para o nosso consumo.

Contra o banalizado, há que acarinhar o especial, o particular, o significativo no quotidiano. Encher os dias com simbolismo e eleger preciosidades, não ficar pasmado e invejoso frente às que nos apontam... Esses tesouros, tesouros verdadeiros, terão de ser nossos, de cunho cada vez mais pessoal, intransmissível, ou apenas endossáveis de forma muito seletiva. Preservar a individualidade é fundamental, mas, antes disso, está formá-la, dar a cada um a possibilidade de se fazer como obra de arte, não mais um, na máquina imparável da produção e do consumo. E a Família, a Escola e a Comunicação social não têm de forma alguma contribuído (num balanço geral) para esse

³⁸ DERRIDA, Jacques — *L'Autre cap* suivi de *La Démocratie ajournée*, Paris, Minuit, 1991.

objetivo. Pelo que, há também o risco de, se deixarmos muitas pessoas à solta na sua ipseidade, virmos a ter tragédia: pelo seu egoísmo, pela sua agressividade (por vezes contida ainda, mas a poder eclodir a qualquer momento), pelo seu vazio cultural e ético.³⁹

Quando se enaltece a Pessoa humana é um ideal de Pessoa humana que se tem em mente, do mesmo modo que quando se reivindica o natural, não é de uma natureza selvática que se fala, de guerra de todos contra todos (como assinalou Hobbes), mas de uma natureza que se identifica em boa medida com uma forma social racional, uma natureza em si mesma axiologizada.

Por isso é que o Direito Natural não é uma ecologia, ou um direito de coisas inanimadas ou vivas na natureza mineral, ou biológica. Mas um Direito racional⁴⁰ e profundamente eticizado.⁴¹ Talvez por isso haja quem o acuse de ser não verdadeiramente um Direito, mas uma “moral” armada, que por via de um discurso legitimador⁴² se volve num Direito superior. É um terrível argumento, que pode ter algo de verdade, embora, se assim for, as intenções de tais mistificações tenham sido e continuem a ser (em geral – também houve aproveitamentos pérfidos) das melhores.⁴³

Posar permanentemente para o mundo, por via de um aparelho telefónico de mão que tira fotos e faz muito mais habilidades, tal parece ser a sina de muitos jovens. Alguns já representam o Homem, na linha da evolução, com tal artefacto inseparável.

Advirta-se, contudo, que a banalização dos nossos tempos comporta, por contraste e reacção, nada menos que uma forma sua contrária: um ambiente que pode levar a profundas exaltações, não mais ou menos inócuos exibicionismos

³⁹ Por todos, cf. já LIPOVETSKY, Gilles — *L'Ere du Vide*, trad. port. de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria, *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, trad. port., Lisboa, Relógio d'água, 1988. V. ainda, v.g., MACINTYRE, Alasdair — *After Virtue. A Study in Moral Theory*; reed., Londres, Duckworth, 1985; LIPOVETSKY, Gilles — *Le crépuscule du devoir*, Paris, Gallimard, 1992.

⁴⁰ Cf., por todos, entre nós, MALTEZ, José Adelino — *Voegelin e a Procura do Direito Natural*, Prefácio a *A Natureza do Direito e outros textos jurídicos*, de Eric Voegelin, Lisboa, Vega, 1998.

⁴¹ Cf., v.g., o nosso livro *O Ponto de Arquimedes. Natureza Humana, Direito Natural, Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2001.

⁴² Cf., entre nós, para a qualificação geral do Direito, MACHADO, João Baptista — *Introdução ao Direito e ao discurso legitimador*, reimp., Coimbra, Almedina, 1985.

⁴³ A temática do Direito Natural foi, no seu tempo, das mais prolíficas. Algumas obras que cremos ainda fundamentais poderão colher-se nas bibliografias dos nossos *Droit naturel et méthodologie juridique*, Paris, Buenos Books International, 2012, Prefácio de Stamatios Tzitzis e *Rethinking Natural Law*, Berlin / Heidelberg, Springer, 2013, Prefácio de Virginia Black.

apenas. Até agora, têm sido apenas pontuais patologias: populismo, vandalização sem sentido sequer reivindicado, etc. De um lado, posa-se para o espelho pelo *glamour*; do outro, pela violência – e há muito a pensar quanto à violência, hoje.⁴⁴ O que interessa é aparecer, ainda que em poucos “minutos de fama”.

Por tudo, parece urgente fortalecer as raízes, cultivar a individualidade não individualista, criar laços de diálogo significativo e de verdadeira fraternidade. Reinventar as metanarrativas que anunciaram cidades melhores, voltar à Ética, de valores e de virtudes. Porque os desaires a que o séc. XX assistiu não foram nenhum fim da História,⁴⁵ nenhuma inevitabilidade. Apenas se passou a certidão de óbito de certas experiências, com características localizadas – e curiosamente nem sempre das que se queriam enterrar. Não se lavrou credível certidão de óbito do Sonho ou do Utopismo, por exemplo. Há um mundo imenso que quem se sabe finito precisará de ignorar (porque é uma enormíssima perda de tempo), mas há outros mundos que esperam o nosso empenhamento. Esses sim, são sementeira para futuros.

Claro que o mundo banalizado responderá na mesma moeda, pelo menos ignorando ou desprezando essa posição. Mas não será um enorme bem ser por ele ignorado?

Os juristas conhecem bem o que é a intromissão em coisas sérias, respeitáveis e tecnicamente árduas, da banalidade, da sede de sangue e escândalo, e da estigmatização na praça pública, de gregos e troianos, muito tipo de gregos e muito tipo de troianos.

Passariam bem se os deixassem fazer o seu laborioso trabalho, na sombra, na calma, no recato, como tem de exercer-se, por natureza, o seu múnus. Mas como pode uma sociedade de espetáculo,⁴⁶ panóptica e num labirinto ótico de

⁴⁴ TZITZIS, Stamatios — *Esthétique de la violence*, Paris, P.U.F., 1997; GIRARD, René — *La violence et le sacré*, Paris, Grasset, 1972. E até seria interessante uma releitura de SOREL, Georges — *Réflexions sur la violence*, 8.^a ed., Paris, Marcel Rivière, 1930.

⁴⁵ Antes mesmo do slogan TINA (*there is no alternative*), FUKUYAMA, Francis — *The end of history and the last man*, trad. port. de Maria Goes, *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva, 1992. Contra as teses de ambos os casos, a História demonstrou que tem imaginação e não se detém... Algumas alternativas no auge da ideologia TINA foram, como alguns recordarão: GÉNÉREUX, Jacques — *Nous, on peut! Manuel anticrise à l'usage du citoyen*, ed. revista, Paris, Seuil, 2012; ASKENAZY, Philippe et al. — *Manifeste des économistes atterrés*, Paris, Les liens qui libèrent, 2010, trad. port., *Manifesto dos Economistas Aterrados - Crise e Dívida na Europa: 10 Falsas Evidências, 22 Medidas Para Sair do Impasse*, 2.^a ed. port., Lisboa, Actual, 2012.

⁴⁶ DEBORD, Guy — *La société du spectacle*, cit.. E sempre recordemos a passagem de ROUSSEAU, Jean-Jacques *Lettre à M. d'Alembert sur les spectacles*, 1758: “(...) donnez

espelhos paralelos, compreender que haja um trabalho não das trevas (e toda a mitologia que se lhe associa), mas no recato da penumbra, por gosto do silêncio, da meditação e da ponderação, caminho para a prudência?⁴⁷

Porto, agosto de 2023

les spectateurs en spectacle; rendez-les acteurs eux-memes; faites que chacun se voye & s'aime dans les autres, afin que tous en soient mieux unis.” É o princípio do nosso *global reality show*...

⁴⁷ Cf., por todos, LAUAND, Jean — *Prudentia, virtude intelectual: “lições de vida”*, “Notandum”, Ano VIII, n.º 12, 2005, p. 37 ss.

ismat



INSTITUTO SUPERIOR
MANUEL TEIXEIRA GOMES

